

Financiamento da educação para todos - onde estamos agora? **Briefing para os membros da CGE, outubro de 2015**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram acordados a 25 de setembro de 2015. Foi um momento histórico. Dá-nos agora uma oportunidade de refletir sobre os compromissos assumidos para atingir as metas ambiciosas para alcançar a educação equitativa de qualidade e a aprendizagem contínua para todos antes e para além do pós-2015. A nova agenda da Educação vai mais longe, incluindo todas as idades e níveis de educação. A agenda não será implementada até que lhe sejam atribuídos recursos adequados para tal.

Na sequência do Forum Mundial de Educação 2015 (FME) em Incheon, Coreia do Sul, em maio, da Cimeira de Oslo sobre a Educação para o Desenvolvimento no início de julho, e da Terceira Conferência Internacional Financiamento para o Desenvolvimento (FFD3), realizada em Adis Abeba no final de julho, é crucial que os ativistas da sociedade civil para a educação aproveitem os compromissos feitos - ou a falta deles - para concretizar as metas ambiciosas de alcançar a Educação para Todos para além do pós-2015.

Em julho de 2015, o Instituto de Estatística da UNESCO e o Relatório de Monitorização Global da Educação para Todos divulgaram os dados mais recentes sobre a educação global:

- **O número de crianças em idade escolar primária que não frequentam a escola aumentou em 2,4 milhões** desde 2010, alcançando mais de 59 milhões em 2013.
- **O número de crianças em idade escolar primária e do ensino secundário inferior (idades entre os 6 e os 15 anos) que não frequentam a escola aumentou** de 121 milhões em 2011 para 124 milhões em 2013.
- **Os ODS são fundamentalmente diferentes e mais ambiciosos.** O objetivo da educação vai mais longe incluindo educação gratuita a nível da primeira infância, educação primária e secundária, alfabetização de jovens e adultos e educação técnica e profissional e superior na sua esfera de ação. É também uma agenda universal, aplicável tanto a países do norte como do sul, ao contrário dos ODM que se centravam apenas nestes últimos. Há um claro compromisso para com a equidade dentro do novo quadro que faltava aos ODM.
- **A parte da ajuda dedicada à educação é agora semelhante aos níveis de 2002.** Durante o período de realização dos ODM-EPT, a ajuda à educação era em média 8,6% de toda a ajuda ao desenvolvimento.

Estes três pontos-chave deixam bem claro que são necessários compromissos financeiros renovados - e significativos - se os governos estiverem realmente empenhados em conseguir a educação para todos.

Quão grande é o déficit de financiamento?

O Relatório de Monitorização Global da EPT estima que alcançar a educação universal no nível pré-primário, primário e secundário - de boa qualidade - em países de rendimento baixo e médio inferior exigirá um total de US \$ 340 mil milhões por ano. Isto exigirá que os países de baixo rendimento gastem 6,56% do PIB em educação, o que ainda vai deixar um déficit de financiamento de US \$ 39 mil milhões. No entanto, poucas metas ou compromissos financeiros foram anunciados em qualquer um dos foruns recentes - especialmente na assistência por parte dos doadores - para alcançar as metas de educação.

Com base nos números RMG, a Parceria Global para a Educação calculou recentemente que o custo médio de um dia de educação para uma criança num país em desenvolvimento é de \$ 1,18, desde a pré-primária até ao final do ensino secundário, a partir de agora até 2030. A maior parcela deste custo - 88%, ou US \$ 1,04 por dia - será suportada pelos próprios países em desenvolvimento. Por conseguinte, a lacuna no financiamento externo é calculada em \$ 0,14 centavos por dia por criança. Veja a [metodologia](#) utilizada para chegar a este cálculo.

Que compromissos foram - ou não foram - assumidos?

A [Declaração de Incheon](#) não assume nenhum compromisso sobre o financiamento dos doadores, apesar de ser notável haver apoio para um aumento da alocação de recursos nacionais para a educação:

"... As aspirações contidas na Proposta ODS 4 não podem ser realizadas sem um aumento significativo e bem orientado do financiamento, em particular nos países que estão mais longe de alcançar uma educação de qualidade para todos a todos os níveis. Assim, nós estamos determinados a aumentar os gastos públicos com a educação de acordo com o contexto do país, e exortamos a adesão às referências internacionais e regionais da alocação eficiente de pelo menos 4 a 6% do Produto Interno Bruto e / ou pelo menos 15% a 20% do total das despesas público com a educação".

No entanto, como indicado pelas últimas projeções RMG, mesmo na extremidade superior da escala das despesas recomendadas, a despesa interna em países de baixo rendimento ficará aquém do 6,56% necessário para oferecer educação em grande escala para todos.

O [documento de resultados ODS](#) inclui, embora em termos menos fortes do que nas iterações anteriores, a meta de financiamento já com 45 anos para os doadores implementarem 0,7% do RNB para a APD, sob o Objetivo 17 ("Fortalecer os Meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável "):

"Os países desenvolvidos cumpram plenamente os seus compromissos de ajuda pública ao desenvolvimento, incluindo o compromisso de muitos países desenvolvidos de alcançar a meta de 0,7 por cento do rendimento nacional bruto para a ajuda pública ao desenvolvimento (APD / RNB) em países em desenvolvimento e 0,15 a 0,20 por cento da APD / RNB em Países Menos Desenvolvidos; os prestadores de APD são encorajados a considerar

estabelecer uma meta para fornecer pelo menos 0,20 por cento da APD / RNB aos países menos desenvolvidos. "

Em 45 anos, apenas sete países alguma vez cumpriram a meta de 0,7% e, atualmente, apenas cinco países (Noruega, Suécia, Luxemburgo, Dinamarca e Reino Unido) o estão a cumprir ou a superar. Os Países Baixos, anteriormente um doador exemplar em termos de APD em geral e na ajuda à educação em particular, deixou ativamente cair as suas metas em ambos e, pela primeira vez desde a década de 1970, deixou de cumprir a meta de 0,7% de APD / RNB; a Finlândia, o outro país que alguma vez cumpriu a meta de 0,7%, tem um governo recentemente eleito que anunciou que irá cortar o seu orçamento para o desenvolvimento em 43%.

Além disso, os anúncios da semana passada do governo dinamarquês indica que a adopção da nova agenda de desenvolvimento não irá alterar a tendência para uma redução da ajuda pública ao desenvolvimento. Apenas quatro dias depois da Cimeira de Desenvolvimento das Nações Unidas, [a Dinamarca cortou o seu orçamento de ajuda em 2,4 mil milhões de coroas dinamarqueses](#) (mais de US \$ 360 milhões), renegando o seu compromisso restante com a Parceria Global para a Educação de DKK 125 milhões para 2015, e dizimando o financiamento dinamarquês para PGE por DKK 300 milhões em 2016 e 2017. Enquanto isso a [França está discutindo uma proposta](#) de reduzir por 6% - ou € 170 milhões - a sua ajuda pública ao desenvolvimento (APD) no seu projecto de orçamento de 2016.

O relatório recente da CGE, [Observatório da Ajuda à Educação 2015](#), assinala que a ajuda à educação - ao longo de todo o período de realização dos ODM-EPT - foi em média de apenas 8,6% de toda a ajuda ao desenvolvimento através de todos os doadores. Este número esconde variações significativas entre os países, mas nenhum doador, de forma consistente, cumpriu a meta de alocar 20% da ajuda total à educação.

A [Agenda de Ação de Adis Abeba \(AAAA\)](#), acordado na FFD3, contém um vago compromisso especificamente para com a educação:

"... [Para] aumentar os investimentos e a cooperação internacional de modo a permitir que todas as crianças completem uma educação gratuita, equitativa, inclusiva e de qualidade na primeira infância, primário e secundário ..."

Este compromisso é positivo em alguns aspectos, na medida em que abrange todas as etapas da educação para as crianças, apoiando assim a recomendação de Incheon para que todas as crianças completem 12 anos de educação gratuita, e este compromisso é dos doadores assim como dos governos dos países em desenvolvimento. Lamentavelmente, no entanto, não menciona a oferta de educação ao longo da vida para jovens e adultos. Este foi claramente um passo atrás, pois tanto o ODS 4 e a Declaração de Incheon incluem a aprendizagem ao longo da vida como um objectivo global.

Reforma sistémica, ou tudo na mesma?

[Uma análise feita pela Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável \(Sustainable Development Solutions Network\)](#) mostra que é necessária uma despesa pública adicional de US \$ 1,5 bilião por ano para financiar os ODS em países de rendimento baixo e médio. As negociações em torno da AAAA não conseguiram produzir compromissos para reformar os

sistemas financeiros de modo a obterem-se esses recursos. Em vez disso, há uma amarga decepção por parte de todos os sectores com a orientação e falta de visão expressas na AAAAA. No geral, é claro que a ambição que o documento reflete é manifestamente insuficiente para apoiar a plena implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015 e da educação em particular.

Havia muita esperança que a AAAAA fizesse o acordo histórico para criar um órgão fiscal Intergovernamental, mas tal não se concretizou. Este mecanismo teria sido crítico na regulação dos fluxos financeiros ilícitos e na redução da evasão e da fraude - essenciais para apoiar o aumento das receitas domésticas dos países em desenvolvimento e para ajudar a permitir-lhes cumprir as metas ambiciosas para o financiamento da educação.

Também observamos com grande preocupação o fraco compromisso para com a APD - mais um passo para trás tendo em conta o compromisso no documento de resultados dos ODS - juntamente com a tendência na AAAAA para desviar a atenção dos compromissos existentes, enfatizando a cooperação Sul-Sul e, tal como referido infra, o sector privado. A Cooperação para o Desenvolvimento Internacional e cumprir o compromisso de 0,7%, assumido há mais que quatro décadas, permanecem aspectos fundamentais.

Esta falha para tratar de questões fundamentais da arquitetura financeira coloca em risco a implementação não só da agenda da educação, mas de todo o projeto ODS.

Ênfase exagerada sobre o sector privado, falta de ênfase na prestação de contas

Pior ainda é o otimismo evidente colocado no papel do financiamento privado no fornecimento de uma ampla agenda de desenvolvimento sustentável, principalmente em relação a prestação de serviços essenciais, incluindo a educação. Faz parte, como um [recente relatório](#) sugere, de uma tendência maior de aumento crescente do papel do sector privado, no âmbito da ONU.

A AAAAA, por exemplo, observou mesmo *"que existem lacunas no investimento em sectores chave para o desenvolvimento sustentável ... e muitas vezes ignora países mais necessitados, e os fluxos internacionais de capitais são frequentemente orientados a curto prazo"*. Na verdade, é demasiado optimista esperar que o sector privado entre em sectores ou países onde há pouco ou nenhum retorno financeiro do investimento. Juntamente com as recomendações gerais para o investimento no sector privado existem solicitações específicas para aumentar as parcerias público-privadas e outros mecanismos de financiamento mistos, mais uma vez para operar no domínio dos serviços essenciais.

Também preocupante é a falta de ênfase em estabelecer garantias relativas à prestação de contas, normas e medidas para resolver potenciais consequências negativas do financiamento privado - particularmente quando, ao invés de reconhecer a importância de tais mecanismos, a AAAAA identificou uma necessidade potencial de 'incentivar' o sector privado e um compromisso para criar *"condições nacionais e internacionais propícias ... para o investimento no sector privado."*

À luz da [Resolução de julho de 2015 do Conselho dos Direitos Humanos](#), que destacou os riscos inerentes à comercialização e privatização da educação, a CGE continua preocupada com esta pesada ênfase no envolvimento do sector privado em serviços essenciais, e insiste que eles devem ser excluídos das PPP, misturas de acordos financeiros e comerciais.

Existe alguma boa notícia?

Apesar da sua natureza global retrógrada, é vital que a sociedade civil responsabilize os Estados pelos seus compromissos na AAAA para aumentar o investimento e cooperação internacional de modo a assegurar a educação para todas as crianças, da primeira infância, à primária e secundária. Na verdade, este foi um dos poucos compromissos sectoriais concretos dentro da AAAA, e está em linha com partes do ODS 4, e a CGE vai continuar a lutar por isso.

Fora do FFD3, vários anúncios foram feitos durante ou à margem da Cimeira de Oslo. A CGE está muito satisfeita com o anúncio do governo da Noruega de duplicar a sua ajuda para a educação em 2017. O exemplo dado pela Noruega é apreciado, e a CGE apela a outros doadores para demonstrarem a mesma ambição.

A CGE também saúda o compromisso da Comissão Europeia de duplicar a ajuda à educação em situações de emergência para 4% do orçamento da ajuda humanitária da UE, e apoia os progressos realizados no sentido da criação de um fundo global para a educação em situações de emergência. Atualmente menos de 2% da ajuda humanitária vai para a Educação, assim, este aumento do financiamento é claramente necessário. O desenvolvimento de um novo fundo para a educação em situações de emergência deve, contudo, estar estreitamente relacionado com a Parceria Global para a Educação, a fim de assegurar a eficaz coordenação e sinergia do financiamento para o desenvolvimento com o financiamento humanitário.

Apesar de a CGE inicialmente também ter ficado animada pela criação da Comissão para o Financiamento de Oportunidades Globais de Educação - agora chamada [Comissão Internacional sobre o Financiamento da Educação Global](#), presidida pelo enviado especial das Nações Unidas para a Educação, Gordon Brown - não é claro qual o mecanismo de prestação de contas da Comissão, e não há uma maneira óbvia através da qual as vozes representativas da sociedade civil e de base ampla sejam consultadas e ouvidas. Congratulamo-nos com a inclusão de Kailash Satyarthi, co-fundador da CGE e Prémio Nobel da Paz, assim como do ex-secretário-geral do Sindicato Nacional dos Professores do Uganda, Teopista Birungi Mayanja, ao lado de importantes defensores da educação como o governo norueguês, a DG da UNESCO, Irina Bokova e a Presidente da PGE, Julia Gillard.

O que acontece agora?

A sociedade civil, incluindo a CGE tem apelando à comunidade internacional para assumir compromissos fortes para melhorar radicalmente os esforços sobre o financiamento do desenvolvimento em geral e dos sistemas de ensino públicos e gratuitos em particular. Tais apelos têm sido feitos ao longo de todo o processo de desenvolvimento pós-2015, o Fórum Mundial de Educação, a Cimeira de Educação em Oslo, e a Conferência FFD3, e em todas as vezes os resultados ficaram aquém de compromissos substanciais para aumentar a ajuda ao desenvolvimento para a educação. Vamos continuar a defender estes compromissos nas restantes instâncias, e sempre que tivermos oportunidade de o fazer com a nova Comissão sobre o financiamento.

Tem havido amplas discussões sobre a importância do financiamento da educação, muito "reconhecimento da necessidade" de maior financiamento, e suficiente "impulso" e "incentivo" de países doadores para aumentar a APD e cumprir as metas. Mas nenhum deles atende às

expectativas que a sociedade civil e outros membros da comunidade internacional tiveram, no início do processo de desenvolvimento pós-2015, nem à oportunidade política criada, para que os Governos resolvessem de forma concreta a crise global no financiamento da educação.

Em vez disso, os compromissos dos doadores para com as metas de financiamento da Educação foram efetivamente adiados. Não foram incluídos na Declaração de Incheon porque iriam fazer parte da linha do Financiamento para o Desenvolvimento; apesar de o compromisso vago ser bem-vindo, não foram incluídas metas claras para concretizar este compromisso. A Cimeira de Oslo sobre a Educação para o Desenvolvimento apresentou o financiamento como um dos seus quatro temas, mas o intuito também não era o de ser o fórum para discutir metas financeiras.

A ênfase no envolvimento do sector privado na AAAA - sobretudo para fornecer "remédios" para a falta de financiamento para serviços essenciais - é de grande preocupação neste contexto. Visto que a parte de ajuda à educação no total da APD é menor agora do que era em 2002, é incongruente apontar os sistemas públicos como o fracasso e o sector privado como a solução.

Tudo isto levanta a questão: quando é que vamos falar sobre isto?

Não haverá maneira de alcançar 12 anos de educação gratuita para todos sem articular compromissos financeiros fortes e ambiciosos - isto é muito claro depois do fracasso global para conseguir a EPT nos últimos quinze anos, e depois do padrão decepcionante de diminuição da ajuda à educação, apesar dos compromissos feitos por países em desenvolvimento de aumentar substancialmente os recursos domésticos. Na ausência da ajuda necessária e na ausência de uma ação internacional e coordenada sobre regulamentos de impostos, cobrança e evasão, os países podem simplesmente optar por não pôr em prática a visão pós-2015. E, para nós, não é suficiente esperar pela criação da Comissão Financiamento de Oportunidades Globais de Educação - especialmente quando, neste momento, isto fica fora de todos os processos formais pós-2015.

É tempo de a comunidade internacional assumir compromissos reais para o financiamento da educação. Para os doadores, o menor dos compromissos seria atribuir pelo menos 10% da APD à educação básica, dando uma atenção especial à educação em situações de emergência. Um compromisso para com esta meta tem sido evitado até agora mas deve deixar de ser adiado. Da mesma forma, a comunidade internacional deve apoiar todos os países a melhorar, expandir e tornar os sistemas fiscais mais progressistas a fim de conseguir mais recursos nacionais, disponíveis para a educação.

Não devemos perder de vista o significado destes objetivos. Apesar dos muitos passos em frente que o mundo tem dado ao longo dos últimos quinze anos para acabar com o ciclo de pobreza, devemos construir sobre as conquistas, e aprender com os fracassos. Nós já sabemos que os recursos financeiros para a educação foram lamentavelmente inadequados desde 2000 - chocantemente inadequados para países de baixo rendimento - e sabemos que sem um aumento de recursos será impossível que todos os cidadãos concretizem o seu direito à educação. Sem assumir compromissos claros e específicos para o financiamento da educação agora, corremos o risco de comprometer o progresso - e outra geração perdida - por mais quinze anos.